

Território e ambiente no projeto de emancipação do Lago Grande do Curuai, em Santarém (PA): uma revisão sistemática

Territory and environment in the project for the emancipation of Lago Grande do Curuai, in Santarém (PA): a systematic review

Auristela Correa Castro¹, Luciana Gonçalves de Carvalho²

Como citar esse artigo. CASTRO, A. C.; CARVALHO, L. G. de. Território e ambiente no projeto de emancipação do Lago Grande do Curuai, em Santarém (PA): uma revisão sistemática. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 14, n. 2, p. 15-29, mai./ago. 2023.

Resumo

Lago Grande do Curuai é um distrito que compreende um território vasto e biodiverso no município de Santarém (PA), onde cerca de 30 mil pessoas vivem em mais de 140 comunidades dentro de um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Em 2022, foi aprovada a realização de um plebiscito sobre a emancipação desse distrito, o que ameaça a continuidade do próprio PAE. O objetivo deste trabalho foi identificar os aspectos socioambientais implicados no projeto de emancipação a partir da literatura disponível sobre o lugar. Para tanto, uma revisão sistemática da literatura conduziu à análise de um conjunto de 20 trabalhos, majoritariamente dedicados a aspectos hidrológicos. Temas que afetam diretamente as comunidades do PAE como meio ambiente e territorialidade, contudo, foram abordados em poucas publicações, levando a crer que, malgrado a importância do recurso a conhecimentos científicos para tomada de decisões políticas, a academia local está distante da problemática emergente no Lago Grande.

Palavras-chave: disputas territoriais; emancipação política; Lago Grande do Curuai (Santarém, PA).



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

Lago Grande do Curuai is a district that comprises a vast and biodiverse territory in the municipality of Santarém (PA), where about 30 thousand people live in more than 140 communities in an Agroextractive Settlement Project (PAE). In 2022, a plebiscite was approved for the emancipation of that district, which threatens the continuity of the PAE itself. The objective of this work was to identify the socio-environmental aspects involved in the emancipation project based on the available literature on the place. To this end, a systematic review of the literature led to the analysis of a set of 20 works, mostly dedicated to hydrological aspects. Issues that directly affect PAE communities such as the environment and territoriality, however, were addressed in few publications, leading to the belief that, despite the importance of resorting to scientific knowledge for political decision-making, the local academy is far from the emerging problem in the Lago Grande.

Keywords: Territory; environment; emancipation.

Introdução

A região do Lago Grande do Curuai compreende um território vasto e sociobiodiverso no município de Santarém (PA), onde vivem cerca de 30 mil pessoas, isto é, aproximadamente, 10% da população santarena. Além da sede do distrito, a Vila Curuai, que teve suas zonas urbana e de expansão delimitadas em 2013 pela Lei Municipal nº 19.410/2013 (SANTARÉM, 2013), a região abrange mais 140 comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas em um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE).

Criado pelo Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (Incra) em 2005, o PAE Lago Grande visou à proteção de direitos territoriais e ambientais da população local, crescentemente pressionada

Afiliação dos autores:

¹Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, mestre em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA) e doutoranda em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/UFOPA), Santarém, Pará, Brasil.

²Doutora em Antropologia, professora do PPGNSD e do PPGCS/UFOPA e do PPGSA/UFPA, Santarém, Pará, Brasil.

* Email de correspondência: auristelacastro@gmail.com

Recebido em: 01/05/2023. Aceito em: 17/08/2023.

por setores econômicos em expansão, principalmente, aqueles ligados à agropecuária, à mineração e à exploração madeireira. Atualmente, porém, todo o ordenamento territorial e administrativo do Lago Grande do Curuai está ameaçado pela perspectiva de realização de um plebiscito acerca da emancipação política desse distrito, que constitui um objetivo antigo¹ de representantes dos citados setores econômicos (BARROSO, 1998; FOLHES, 2016), atualmente reunidos na Comissão Pró-Emancipação do Distrito de Lago Grande do Curuai (COPEMLAGO).

Com efeito, movimentos em prol da emancipação de distritos santarenos sucederam-se ao longo do século XX, e a divisão administrativa do município foi se modificando, variando o número de distritos de um (o distrito-sede, Santarém) a cinco, incluindo o de Curuai, até 1937. No ano seguinte, Curuai perdeu essa categoria administrativa e teve seu território anexado ao distrito-sede, mas voltou a ser um distrito nos anos 1940 e assim permanece até os dias atuais. Com a iminência da realização de um plebiscito sobre sua emancipação, porém, as discussões sobre a proteção dos direitos territoriais e ambientais da população local, razoavelmente estabelecidos pelo PAE,² têm acirrado disputas entre diferentes grupos políticos na região.

Para os defensores da proposta, a emancipação trará oportunidades de desenvolvimento e crescimento econômico, com a intensificação da exploração de recursos naturais, atualmente obstada no PAE, uma vez que o assentamento teria seus limites revisados e liberaria áreas para o novo município. Para a Feagle, contudo, a desafetação do PAE representa uma ameaça aos modos de vida das comunidades locais, cuja economia se baseia em atividades como a pesca artesanal, o extrativismo vegetal, a produção agrícola familiar e a confecção de artesanatos, de acordo com um Plano de Utilização do território, que estabelece as regras de uso dos recursos naturais, bem como os direitos e deveres dos moradores.

As divergências acerca da emancipação ancoram-se em distintos significados atribuídos ao território do Lago Grande. Para uns, trata-se de uma área a ser explorada para geração de rendimentos por meio da exportação de bens estratégicos no plano global, no qual a Amazônia figura como uma importante reserva para o capital transnacional (ÁLVAREZ, 2017). Para outros, o território é concebido como estando diretamente relacionado aos processos constitutivos de identidades coletivas, é um lugar de experiências e memórias, no sentido que Tuan (1980; 1983) dá à noção de lugar. Para outros, ainda, o território é vislumbrado sob a ótica jurídico-política, que pressupõe o controle do poder (FOUCAULT, 1979).

Outro ponto de atrito entre as diferentes perspectivas dos grupos envolvidos na discussão sobre a emancipação do Lago Grande diz respeito à ideia de desenvolvimento que nutre suas expectativas. Como Zhou e Oliveira (2007) demonstram, a intensificação da exploração de recursos naturais e do uso de áreas economicamente marginais, associadas à expansão da fronteira em territórios historicamente ocupados por comunidades tradicionais, é uma constante nos projetos de desenvolvimento econômico que colocam o Brasil no processo de mundialização da economia. De modo geral, os sujeitos favoráveis à emancipação do Lago Grande defendem esse modelo de desenvolvimento, enquanto os opositores da proposta lutam pela manutenção das restrições a atividades de exploração mineral e do agronegócio no território (FOLHES, 2016; 2018).

Na discussão sobre a possibilidade de criação do município do Lago Grande do Curuai, os diferentes pontos de vista alimentam disputas territoriais e conflitos socioambientais preexistentes, nos quais as regras de uso de um espaço ambiental são disputadas por segmentos sociais que têm diferentes visões sobre o território em questão. Nos conflitos engendrados, disputa-se o poder sobre “práticas de construção do espaço e apropriação das condições naturais territorializadas [que] expressam e se expressam nas

1 Folhes (2016) relata que, apoiados pelo Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e pela Associação de Crédito Cooperativa Rural (ACAR), moradores do Lago Grande, principalmente criadores de gado, fundaram a Sociedade Cooperativa Agropecuária do Lago Grande da Franca, em 1963, visando à expansão de domínios territoriais e atividades econômicas na região. No mesmo ano, as famílias mais abastadas da região criaram a Associação dos Amigos do Lago Grande do Curuai com o objetivo de fortalecer a proposta de criação do município do Lago Grande do Curuai.

2 Desde a criação do PAE, os moradores do Lago Grande aguardam a celebração de um Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU) entre o Inbra e sua entidade representativa, como manda a legislação, para que sejam efetivamente protegidos seus direitos territoriais. Até junho de 2023, esse contrato não foi implementado.

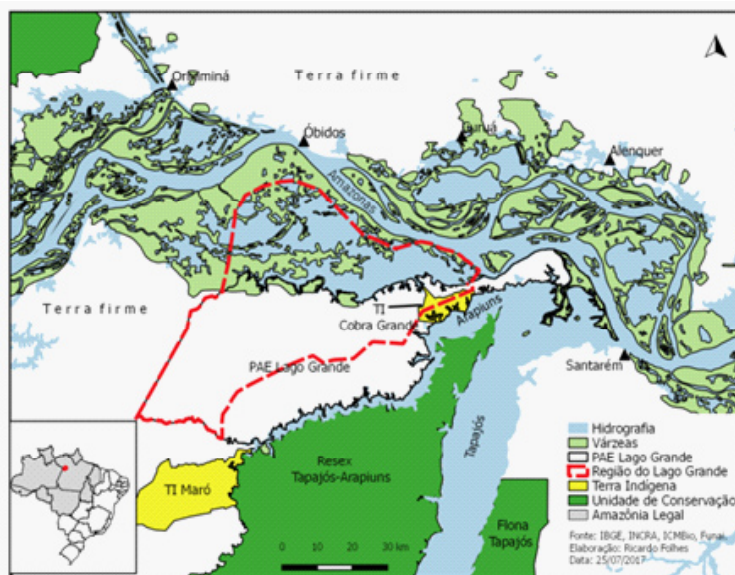
desigualdades estruturais da distribuição dos recursos econômicos, políticos e simbólicos” (ANTUNES; CARNEIRO, 2013, p. 284).

Nesse contexto complexo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos interesses que estão em jogo no projeto de emancipação, bem como dos diferentes pontos de vista envolvidos, este trabalho propõe-se identificar os principais aspectos socioambientais que podem vir a ser implicados no debate em curso, a partir da literatura disponível sobre o Lago Grande. Para tanto, uma revisão sistemática da literatura foi feita a partir da consulta a quatro bases de dados bibliográficos, resultando na análise pormenorizada de 20 trabalhos.

Do conjunto de produções encontradas, projetaram-se timidamente temas que afetam diretamente as comunidades do PAE, como meio ambiente e territorialidade. A maioria das publicações dedica-se a feições geo-biofísicas do Lago Grande, afastando-se de perspectivas que integrem aspectos ambientais a questões sociais e políticas,³ bem como do diálogo interdisciplinar sobre a multiplicidade de expressões da espacialidade humana.

Visão geral do Lago Grande do Curuai

No oeste do estado do Pará, na Amazônia brasileira, a região do Lago Grande de Curuai corresponde a um vasto território delimitado pelos municípios de Óbidos (a norte), Juruti (a oeste) e Santarém (a sul) (PARÁ, 2022), compreendendo uma bacia hidrográfica de 3.807,54 km² (PERES; GURGEL; LAQUES, 2018), na qual se alternam áreas de várzea (planícies alagáveis do rio Amazonas) e terra firme. Com cerca de 250 mil hectares, esse território localizado no interflúvio dos rios Arapiuns (afluente do Tapajós) e Amazonas também é atravessado pela rodovia estadual PA-257, denominada Translago.



O Lago Grande, como é usualmente referido, subdivide-se nas regiões de Arapixuna, Arapiuns, Alto Lago, Médio Lago e Baixo Lago. Ali vivem mais de 30 mil habitantes de diversas procedências – nativos e

³ Nos últimos 20 anos, uma ampla literatura foi produzida no Brasil sobre a ambientalização de conflitos sociais (ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO; MARTINS, 2005; ANTUNES; CARNEIRO, 2013; ACSELRAD, 2010; LOPES, 2006).

migrantes, sobretudo, do Nordeste do Brasil – e filiações identitárias – indígenas, quilombolas e ribeirinhos, em maior número. Essa população está distribuída em mais de 140 comunidades tradicionais acessíveis por via fluvial ou intermodal (fluvial e terrestre), em viagens que duram entre quatro e 12 horas a partir da sede municipal de Santarém.

Considerado um território estratégico para a expansão do capital transnacional, o Lago Grande do Curuai tem tido sua diversidade ameaçada desde os anos 1980 pela intensificação da produção de *commodities* minerais, pecuárias e agrícolas para exportação. Incentivadas pelo Estado brasileiro no bojo de um processo mais amplo de transgressão de fronteiras que, segundo Paula (2013, p. 30), implica “esverdear o capitalismo para des-verdear a natureza” sob o véu da crença no desenvolvimento sustentável, atividades econômicas em curso na região têm provocado desmatamento, contaminação de cursos d’água e empobrecimento de solos, entre outros impactos negativos que colocam em risco a permanência e os modos de vida de antigas comunidades locais (FOLHES, 2010; 2016; FOLHES; AGUIAR; SANTOS JUNIOR, 2012; FOLHES et al., 2015).

Com efeito, atividades lícitas e ilícitas como a agropecuária, a grilagem de terra, a exploração madeireira, a pesca comercial, o garimpo artesanal ou semimecanizado e a mineração industrial avançam a passos largos no Lago Grande, mobilizando diversos atores e grupos de interesse que pleiteiam espaços historicamente ocupados por povos originários indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, produtores rurais e pescadores tradicionais (LIMA, 2015; VAZ FILHO, 2010). Nesse contexto, disputas territoriais e conflitos socioambientais desestabilizam relações interpessoais e intercomunitárias, tornando a população da região mais suscetível a interesses externos (FOLHES et al., 2015; FOLHES, 2016). Em contrapartida, as comunidades locais têm desenvolvido formas de organização coletiva para preservar o direito de permanecer nas terras ocupadas e usar os recursos naturais disponíveis no Lago Grande. Um marco nesse processo foi a criação do PAE Lago Grande, em 2005.

O PAE é uma das modalidades de assentamento adotadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para diminuir a concentração fundiária no Brasil (ALMEIDA, 2021), promovendo a regularização de áreas historicamente ocupadas por agricultores familiares e extrativistas em terras públicas devolutas. Conforme a Portaria nº 268/1996 (INCRA, 1996), esse tipo de assentamento destina-se especificamente “à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas” (INCRA, 1996) – condições atendidas pelas comunidades do Lago Grande do Curuai.

O processo de regularização de um PAE transcorre entre a União, representada pelo Incra, que concede os direitos reais de uso da terra pública à população local “em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominial ou cooperativista” (INCRA, 1996).⁴ O instrumento administrativo cabível nesse processo é o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU), previsto no artigo 7º do Decreto-Lei n 271/1967 (BRASIL, 1967), cuja redação foi alterada pela Lei n 11.481/2007 (BRASIL, 2007).

É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas (BRASIL, 2007).

No caso em tela, a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle) é a entidade representativa da população local, designada

⁴ Nessa modalidade de assentamento, portanto, o princípio de inalienabilidade das terras destinadas à coletividade veda seu retorno ao mercado, evitando a concentração fundiária (ALMEIDA, 2021).

para responder pelo CCDRU junto ao Incra. Ocorre, porém, que, em 18 anos do PAE, tal contrato ainda não foi efetivado, gerando insegurança jurídica para os assentados, sobretudo, perante supostos proprietários e corporações interessadas na exploração econômica de recursos da região. O caos fundiário é agravado pelo fato de que, nos últimos anos, o próprio Incra tem contrariado as normativas vigentes e proposto aos moradores Contratos de Concessão de Uso (CCU), cabíveis apenas a loteamentos individuais.

De acordo com a assessora jurídica da organização não governamental (ONG) Terra de Direitos, que acompanha o caso, a demora do CCDRU tem fomentado a venda ilegal de lotes de terra dentro do PAE. Sem o título assegurado, os moradores cedem ao assédio para vender suas terras “e isso vai fragilizando toda a política que envolve um projeto de assentamento que é justamente a coletividade” (RAMOS, 2022). Acionado, o Ministério Público Federal em Santarém realizou audiências públicas no assentamento, em parceria com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e a Feagle, em 2022, e o Incra se comprometeu a priorizar o assunto na agenda institucional (RAMOS, 2022), mas a situação não foi alterada.

Esse cenário de indeterminações tornou-se ainda mais complexo desde maio de 2022, quando a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) aprovou um projeto de Decreto Legislativo que autoriza a realização de consulta plebiscitária visando à emancipação política do Lago Grande do Curuai, com sua elevação à categoria de município (PARÁ, 2022), o que coloca em xeque a própria existência do PAE. Essa expectativa é nutrida há pelo menos 60 anos por alguns grupos de interesse (destacadamente, empresas de agropecuária e exploração madeireira e mineral), mas a perspectiva atual do plebiscito acirrou os ânimos de empresários e políticos de distintas filiações partidárias, bem como de assentados e organizações não governamentais atuantes na região, que atualmente discutem argumentos a favor e contra a proposta de alteração dos limites territoriais de Santarém.

Tais discussões, por vezes, acionam teorias antropológicas e econômicas, entre outros conhecimentos (pretensamente) científicos sobre aspectos socioambientais e socioeconômicos, cuja validade é desconhecida da maior parte da população local. Ao contrário de outras terras públicas ocupadas por comunidades tradicionais, como a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e a Floresta Nacional do Tapajós, sobre as quais há diversos estudos acadêmicos, a região do Lago Grande tem sido menos visada em pesquisas, o que dificulta a análise crítica dos argumentos correntes quanto à criação do município do Lago Grande do Curuai.

Percurso metodológico

Este estudo fundamentou-se em uma revisão sistemática de literatura. Esse tipo de revisão, por sua vez, baseia-se na aplicação de métodos precisos de busca para identificar os estudos produzidos sobre um determinado tema, bem como lacunas dos conhecimentos relativos a ele, tanto no que tange à atualização quanto à abrangência (GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011). Galvão e Ricarte (2019, p. 58-59) destacam que esse tipo de revisão

[...] busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental [...]. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo.

De acordo com o protocolo, esta revisão foi efetuada em quatro bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Google Scholar*, *Web of Science* e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os descritores usados na busca foram “Lago Grande do Curuai”, “território” e “fronteira”, em português e inglês, aplicados com o operador

booleano⁵ “and”. Esse procedimento resultou em uma quantidade muito elevada de documentos, exigindo a aplicação de filtros para restringir e detalhar a busca, conforme os parâmetros disponíveis em cada base.

Quanto ao recorte temporal da produção, foi delimitado para refinamento da busca o período de 2000 a 2022, que abrange desde a reconfiguração territorial da região do Lago Grande. Promovida pela criação do PAE, até a autorização da consulta plebiscitária sobre a emancipação dessa região. Em relação às áreas de conhecimento dos estudos, foram selecionadas: multidisciplinar, interdisciplinar, ciências ambientais, ciências humanas, ciências sociais, antropologia, humanidades e políticas públicas, devido à interface com as dimensões ambientais, políticas e socioeconômicas envolvidas na discussão sobre a emancipação. Não foram feitas restrições aos idiomas de publicação. Finalmente, foram excluídos estudos duplicados e relativos a diversas localidades designadas pelo topônimo “Lago Grande”, que não correspondem ao território focalizado nesta pesquisa. Após a aplicação dos filtros, foram identificados 20 documentos pertinentes para revisão (Tabela 1).

Tabela 1. Resultados de busca.

Base	Busca inicial	Busca após filtro
<i>SciELO</i>	6	6
<i>Google Scholar</i>	1.040	4
<i>Web of Science</i>	22	8
Catálogo Capes	212.712	2
Total	213.780	20

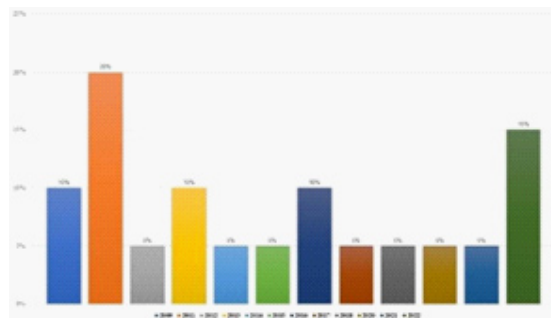
Fonte: Autores (2023)

Tais documentos foram separados conforme o tipo (tese, dissertação, artigo e resumo) e descritos em uma planilha elaborada no *software* Excel, na qual também foram anotadas a data da publicação, o local e a área de conhecimento em que foram realizados. Os estudos elencados foram lidos na íntegra, e seu conteúdo resumido por meio de notas.

Resultados e discussão

O conjunto de textos revisados é composto por uma tese de doutorado, duas dissertações de mestrado, 16 artigos e um resumo. Muito embora o recorte temporal do levantamento bibliográfico iniciasse em 2000, os textos identificados são datados de 2009 a 2022 e concentram-se, principalmente, em 2011 (4) e no último ano da série (3), como demonstra a Figura 1. Possivelmente, as mudanças no uso do solo, introduzidas em 2005 com a criação do PAE em um contexto de agravamento de conflitos socioambientais e disputas territoriais, venham servindo de estímulo à realização de pesquisas desde a última década.

5 Esse tipo de busca, caracterizada como mais restrita ou detalhada, baseia-se na aplicação da lógica booleana (em homenagem ao matemático Boole) para recuperar informações a partir da combinação de dois ou mais termos que são relacionados por operadores lógicos (PICALHO; LUCAS; AMORIM, 2022).



No que concerne ao local de produção, os documentos analisados provêm de 10 países distintos, sendo o Brasil aquele que reúne o maior número de estudos publicados sobre o Lago Grande do Curuai (45%). Em seguida vêm Holanda, com 3, e Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Estados Unidos, França, Polônia e Suíça, com um estudo cada, perfazendo 55% da bibliografia pesquisada. Embora pulverizada em nove países, a maioria dos trabalhos têm origem no exterior, o que, possivelmente, traduz o interesse de grupos internacionais na biodiversidade do território santareno.

No plano nacional, 20% da bibliografia identificada provêm de Manaus, capital do estado do Amazonas. São Paulo é o estado com o segundo maior percentual (10%) de pesquisas sobre o Lago Grande, realizadas em Rio Claro (5%) e São Carlos (5%). Brasília (DF), Laranjeiras do Sul (PR) e a capital paraense, Belém, apresentam o mesmo percentual (5%) de publicações que os municípios paulistanos. Além da baixa produção do Pará, chama atenção a inexistência de trabalhos produzidos em Santarém, onde uma universidade pública federal oferece cursos de pós-graduação interdisciplinares – nas áreas de saúde, ambiente e qualidade de vida, e de ciências da sociedade – e em ciências ambientais.

Em relação às áreas de conhecimento dos documentos revisados, destaca-se a limnologia, concentrando 30% dos estudos. As demais publicações distribuem-se equilibradamente nas subáreas de geoquímica e geofísica; ciências ambientais e geologia ecológica; meteorologia e ciências atmosféricas; agroecologia e desenvolvimento rural; antropologia, astronomia e clima; observação aplicada da terra e geoinformação; engenharia química, instrumentos e instrumentação; clima e dinâmica socioambiental na Amazônia; etnobiologia e etnoecologia; geociências, multidisciplinaridade, hidrologia e parasitologia; e política e gestão da sustentabilidade.

No que concerne às temáticas abordadas, 80% dos estudos focalizaram a hidrologia da região do Lago Grande. Seus objetos, contudo, são variados: processos biogeoquímicos em áreas de várzea; granulometria, sedimentos e teor orgânico do solo; impactos de enchentes; mudanças climáticas; depósitos holocênicos e históricos de várzeas; dinâmica e absorção da matéria orgânica nos rios; e indicadores de qualidade da água. Há, também, estudos sobre: doenças provenientes do ambiente aquático; contaminação de espécies pesqueiras; saúde e segurança alimentar; acordos de pesca; e conflitos agrários, em menor número.

O quadro 1 sistematiza, em ordem cronológica de publicação, informações sucintas sobre os principais assuntos abordados e/ou resultados relatados nos estudos revisados.

Quadro 1. Principais assuntos abordados e/ou resultados relatados.

Nº	Título	Principais assuntos/resultados
1	Origem e dinâmica da deposição dos sedimentos superficiais na Várzea do Lago Grande de Curuai, Pará (AMORIM et al., 2009).	Sedimentos superficiais de um sistema de várzea, quanto à granulometria e ao teor orgânico; hidrodinâmica destes sedimentos.
2	Reconstituição paleoambiental do Lago Santa Ninha, Várzea do Lago Grande de Curuai, Pará, Brasil (MOREIRA et al., 2009).	Mudanças paleoambientais e paleohidrológicas no baixo Amazonas, estudadas a partir de um testemunho de sedimento coletado no Lago Santa Ninha, na várzea do Lago Grande de Curuai, na margem direita do Rio Amazonas a aproximadamente 850 km da foz.

Nº	Título	Principais assuntos/resultados
3	Impact of the 2009 exceptional flood on the flood plain of the Solimoes River (BONNET et al, 2011).	Análise detalhada do impacto da grande enchente ocorrida no ano hidrológico 2008-2009 no balanço hídrico diário de uma planície de inundação amazônica.
4	Dissolved organic matter dynamic in the Amazon basin: Sorption by mineral surfaces (PEREZ et al., 2011).	Na Amazônia e em outros grandes rios do mundo, a matéria orgânica transportada é adsorvida a minerais finos ou permanece dissolvida. O destino da matéria orgânica autóctone nas planícies de inundação da Amazônia e da matéria orgânica alóctone do rio pode ser abordado pela caracterização da natureza das interações da matéria orgânica com o material sedimentar.
5	Uso dos fenóis da lignina no estudo da matéria orgânica na várzea do Lago Grande Curuai, Pará e no Lago do Caçó, Maranhão, Brasil (ZOCATELLI, et al., 2011).	Caracterização dos sedimentos superficiais, quanto ao teor e a qualidade dos fenóis da lignina, em dois sistemas lacustres.
6	Water quality changes in floodplain lakes due to the Amazon River flood pulse: Lago Grande de Curuai (AFFONSO; BARBOSA; NOVO, 2011).	Avaliação das mudanças na qualidade da água na planície de inundação do lago Grande de Curuai durante o ano hidrológico de 2003 a 2004, tendo como parâmetros a concentração de clorofila-a e oxigênio dissolvido, e o índice de eutrofização.
7	Assessment of in vivo fluorescence method for chlorophyll-a estimation in optically complex waters (Curuai floodplain, Pará - Brazil) (FERREIRA; BARBOSA; NOVO, 2012).	Experimentação de avaliação das medidas de fluorescência in vivo na planície de inundação amazônica como método alternativo para a quantificação da clorofila-a na água.
8	Discharge and suspended sediment flux estimated along the mainstream of the Amazon and the Madeira Rivers (from <i>in situ</i> and MODIS Satellite Data) (MANGIAROTTI et al., 2013).	A descarga e os fluxos de sedimentos suspensos dos maiores rios do mundo são importantes indicadores das condições climáticas de grande escala, usos da terra e mudanças climáticas.
9	Seasonal variability in concentration, composition, age, and fluxes of particulate organic carbon exchanged between (MOREIRA-TURCQ et al., 2013).	A composição, as fontes e a idade da matéria orgânica particulada foram determinadas em um sistema de planície de inundação de um rio amazônico durante os períodos de cheia, cheia, vazante e seca ao longo de sete anos, e um balanço de massa para matéria orgânica total carbono (dissolvido e particulado) foi estimado.
10	Evidence for the control of the geochemistry of Amazonian floodplain sediments by stratification of suspended sediments in the Amazon (RODDAZ et al., 2014).	Depósitos holocênicos e históricos de várzea amazônicas coletados de dois núcleos da várzea do Curuai foram analisados para geoquímica de elementos principais e traço, bem como composições isotópicas de Nd-Sr.
11	Land cover classification of Lago Grande de Curuai floodplain (Amazon, Brazil) using multi-sensor and image fusion techniques (FURTADO et al., 2015).	Determinação do método de classificação mais eficiente em melhorar os índices de acurácia das classificações do uso e cobertura do solo para a várzea amazônica e áreas úmidas similares.

Nº	Título	Principais assuntos/resultados
12	O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia (FOLHES, 2016).	Fatores sociais e ambientais que influenciaram o povoamento, a apropriação e o uso conjugado dos recursos naturais em uma região de transição entre os ecossistemas de várzea e de terra firme.
13	Spatial and seasonal contrasts of sedimentary organic matter in floodplain lakes of the central Amazon basin (SOBRINHO et al., 2016)	Investigação do padrão sazonal e espacial da matéria orgânica sedimentar (MOS) em cinco lagoas de várzea da bacia amazônica central.
14	A produção de dados para a gestão pública de saúde: estudo sobre a coprodução de conhecimento a partir do Lago Grande do Curuai, Santarém/Pará (CABRAL, 2017).	Obstáculos e oportunidades à concepção, coleta e uso dos dados no contexto das doenças de veiculação hídrica em Santarém.
15	Recent increase of river-floodplain suspended sediment exchange in a reach of the lower Amazon River (RUDORFF; DUNNE; MELACK, 2018).	Variação da troca de sedimentos suspensos entre canais e planícies de inundação ao longo de um trecho de 140 km do baixo rio Amazonas de 1995 a 2014.
16	Mobile Acoustic Wave Platform Deployment in the Amazon River: Impact of the Water Sample on the Love Wave Sensor Response (TAMARIN et al., 2020).	Plataforma experimental que permite medições <i>in situ</i> em meio aquoso usando um sensor acústico de ondas Love.
17	Bajando a la tierra: atmosfera y astros en los relatos acerca del cerro de Aracuri (BARBOSA, 2021).	As ideias de atmosfera e movimentos dos corpos celestes nos discursos sobre o Morro do Aracuri, registrados na comunidade Água Fria de Cima, Lago Grande do Curuai/Pará/Brasil.
18	A construção colaborativa de um jogo sério como uma ferramenta para a elaboração, revisão e implementação de acordos de pesca em comunidades do Baixo Amazonas, Brasil (EVANGELISTA-VALE J. et al., 2022).	Desenvolvimento do protótipo do jogo denominado “PescaViva” no Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande, visando à revisão do acordo de pesca.
19	Alimentos nativos e tradicionais: explorando benefícios e desafios de sua produção/consumo em comunidade agroextrativista do município de Santarém-PA (NOBRE, 2022)	Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e segurança alimentar e nutricional a partir da produção e do consumo de alimentos de uma população agroextrativista da Amazônia.
20	Integrative Taxonomy Reveals a Panmictic Population of <i>Henneguya longisporoplasma</i> n. sp. (Cnidaria: Myxozoa) in the Amazon Basin (ZATTI et al., 2022).	Descrição de uma nova espécie que infecta os filamentos branquiais, barbatanas e rins de <i>Plagioscion squamosissimus</i> (Heckel, 1840), um peixe de água doce economicamente importante distribuído em bacias hidrográficas no norte da América do Sul.

Fonte: Autores (2023)

De acordo com os assuntos/resultados extraídos dos estudos pesquisados, há uma prevalência das questões relacionadas à água nas discussões. Elas são abordadas, principalmente, na perspectiva biogeoquímica, e apenas quatro dos trabalhos consultados levam em consideração os atores sociais que

vivenciam a dinâmica hidrológica própria do Lago Grande, caracterizada pela transição entre ecossistemas de várzea e terra firme (BARBOSA, 2021; CABRAL, 2017; EVANGELISTA-VALE et al., 2022; FOLHES, 2016).

O conjunto de estudos contemplados traz entre suas principais contribuições a classificação do solo e da vegetação da região em seis tipos: floresta inundável, floresta de terras altas (não sujeitas a inundações), arbustos, macrófitas emergentes, macrófitas flutuantes, solos descobertos e águas abertas (FURTADO et al., 2015). Pesquisas dedicadas à mensuração dos níveis de clorofila a (FERREIRA et al., 2012), bem como da poluição da água acarretada por cianobactérias (*Bacillariophyceae* sp. e *Chlorophyceae* sp.) e a contaminação de peixes por *Henneguya* sp., alertam quanto às ameaças que degradação do ambiente aquático a representa para humanos, flora e fauna local (AFFONSO et al., 2011).

A importância das planícies de inundação como a do Lago Grande do Curuai foi assinalada por diferentes pesquisadores, em função da sua contribuição no fornecimento de matérias orgânicas ao Rio Amazonas. As matérias orgânicas presentes em suas águas foram identificadas como “detritos de plantas vasculares, com o material húmico dos solos de áreas sazonalmente inundadas e com a matéria orgânica produzida *in situ* originária do fitoplâncton, do perifíton e das macrófitas” (AMORIM et al., 2009, p. 171). Em perspectiva comparada com os achados do Lago do Caço, no Maranhão, a concentração de matéria orgânica no Lago Grande do Curuai foi investigada por Zocatelli et al. (2011). Embora os autores tenham identificado bons níveis de conservação de modo geral, no que se refere a alguns tipos específicos de sedimentos, os resultados encontrados demonstraram um nível de degradação na várzea do Lago Grande.

Sobre os processos de constituição dos sedimentos orgânicos na região, Roddaz et al. (2014, p. 109) sugerem que a estratificação do rio Amazonas pode ser formada pela “carga total de sedimentos fornecida hoje e no passado por rios globais”. Já com foco nas variações das trocas de sedimentos, estudos baseados na modelagem de impactos provocados por enchentes recentes, como a de 2008-2009, e na observação das dinâmicas da várzea do Lago Grande permitiram assinalar incidências de mudanças climáticas sucedidas nos últimos 5.600 anos cal AP (MOREIRA et al., 2009), que têm alterado os processos de inundação no Lago Grande de Curuai. Os principais processos geoquímicos responsáveis pelas mudanças nas características da matéria orgânica dissolvida nesse local também foram objetos de estudos como o de Pérez et al. (2018).

A qualidade da água e seu impacto na saúde da população do Lago Grande do Curuai foram abordados na ótica da gestão pública na pesquisa de Cabral (2017), cujo objetivo foi identificar os indicadores que poderiam contribuir na melhoria da qualidade da água, além de promover a prevenção de doenças provenientes do ambiente aquático. Igualmente focados na saúde, outros trabalhos tangenciaram o tema da qualidade da água ao investigar atividades produtivas relacionadas com a alimentação e a segurança alimentar das comunidades locais.

No campo da ecologia, o artigo de Affonso et al. (2011, p. 601) asseverou que “a saúde das comunidades ribeirinhas localizadas nas margens da planície está ameaçada pela presença de algas potencialmente tóxicas”. No domínio da parasitologia, a pesquisa de Zatti et al. (2022), abrangendo não só o Lago Grande do Curuai, mas os rios Tapajós e Solimões, analisou amostras de 108 espécimes de *Plagioscion squamosissimus* (pescada amazônica) e indicou a existência de uma população *Panmítica de Henneguya longisporoplasma n. sp. (Cnidaria: Myxozoa)* habitando essas espécies (ZATTI et al. 2022).

Já o trabalho de Evangelista-Vale et al. (2022), realizado por pesquisadores brasileiros e franceses, tratou do processo de construção colaborativa do protótipo de uma ferramenta lúdica voltada para auxiliar a elaboração, a revisão e a implementação de acordos de pesca, promovendo dessa maneira o fortalecimento da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros em comunidades amazônicas. Chamado “Pesca-Viva”, o jogo envolve quatro equipes de jogadores, três fases (inverno ou cheia, verão ou seca, e defeso), dois tipos de peixes (liso e de escama) e três arreios de pesca, a partir dos quais os jogadores podem refletir sobre sua realidade pesqueira.

Na linha de estudos sobre agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, a recente dissertação de mestrado de Nobre (2022) enfocou a produção e o consumo de itens agroextrativistas para alimentação no

PAE Lago Grande com o objetivo de analisar como essas atividades se relacionavam com o desenvolvimento sustentável. A autora chamou atenção para a contribuição da biodiversidade para a segurança alimentar e nutricional das comunidades locais, considerando a variedade de alimentos produzidos e consumidos. Quanto à sustentabilidade, a pesquisadora constatou que as práticas dos agroextrativistas apresentam impactos ambientais insignificantes sobre o meio ambiente.

Aproximando-se da temática dos conflitos agrários e socioambientais, cuja ocorrência foi apontada na introdução, a tese de doutorado de Folhes (2016) procurou “compreender como práticas sociais, estruturação fundiária, relações de poder e padrões ecológicos e climáticos se imbricam e influenciam padrões de povoamento e o uso conjugado dos recursos” (FOLHES, 2016, p. 36). Na pesquisa, o autor constatou que nas regiões de transição entre a várzea e a terra firme a utilização dos recursos dos dois ecossistemas é fundamental para as comunidades locais (FOLHES, 2016, p. 283). Nesse sentido, observou que a prática de circulação sazonal entre a várzea e a terra firme é uma constante no processo de ocupação do Lago Grande, mas a transumância de sua população não tem sido considerada nos planos de ordenamento territorial do lugar.

Finalmente, a distância entre as territorialidades locais e os planos de ordenamento fundiário implementados pelo Estado brasileiro pode ser vislumbrada a partir da etnografia de Barbosa (2021), realizada na comunidade Água Fria de Cima, no PAE Lago Grande, cujos moradores se reconhecem como descendentes de indígenas munduruku e africanos escravizados nessas terras. Segundo a antropóloga, essa comunidade representa a Serra do Aracuri como um território imaginário no qual seres encantados e corpos celestes interagem, causando fenômenos como chuvas, mudanças topográficas e movimentos de estrelas.

Considerações finais

Este trabalho procurou não apenas identificar a produção científica disponível sobre a região do Lago Grande do Curuai, mas verificar se, e em que medida, ela pode auxiliar na compreensão do debate atual sobre sua emancipação de Santarém, principalmente, em relação aos aspectos socioambientais e socioeconômicos implicados nessa proposta, que em breve deverá ser objeto de um plebiscito. O método empregado foi a revisão sistemática da literatura delimitada a partir de critérios de busca e filtragem aplicados a publicações acadêmicas acessíveis por meio da consulta em bases digitais.

A expectativa inicial era de encontrar trabalhos que refletissem questões relativas a território e fronteira no Lago Grande do Curuai, tendo em vista tratar-se de um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) cuja população tem enfrentado situações conflitivas como, por exemplo: a morosidade do Inca para implementar contratos de concessão dos direitos reais de uso da terra coletiva; a proposição do Inca de firmar contratos de concessão de uso com moradores, individualmente, contrariando as normas vigentes para os PAE; o avanço da exploração de *commodities* agrícolas, pecuárias e minerais; e a insegurança fundiária dos moradores nesse contexto.

As buscas, contudo, não levaram aos resultados desejados, mostrando a escassez de trabalhos científicos que abordem frontalmente tais temáticas. Ao contrário, foram localizadas pesquisas abordando principalmente a questão hidrológica da região, inclusive com o uso de modelagens computacionais de impactos relacionados a mudanças na dinâmica de enchentes do rio Amazonas. Além de estudos sobre limnologia, foram localizados outros que se dedicam à segurança alimentar, à pesca artesanal, à contaminação de espécies pesqueiras e, em pequeno número, às dinâmicas e disputas territoriais e aos conflitos socioambientais no Lago Grande.

Chama atenção, ainda, a inexistência de estudos produzidos em Santarém, onde há cursos de pós-graduação em áreas afins ao tema focalizado nesta pesquisa, o que indica uma tendência de desconexão da academia e dos acadêmicos com problemáticas locais emergentes. Outrossim, destaca-se que a maior

parte (55%) das publicações sobre a região do Lago Grande provém do exterior, tendo o próprio estado do Pará pequeníssima contribuição (5%) na literatura revisada.

A imensa região do Lago Grande segue imersa em diversas disputas relacionadas, mais amplamente, a problemáticas que atravessam a Amazônia em geral e ameaçam sua biodiversidade, bem como a permanência de comunidades locais nos territórios que ocupam historicamente. Diante da complexidade das problemáticas em curso, tanto no plano local quanto regional, a formulação de soluções fundamentadas passa, necessariamente, pela produção de conhecimentos científicos sobre as variáveis envolvidas. No caso do Lago Grande do Curuai, especificamente, urge a realização de pesquisas que possibilitem compreender o que está em jogo na proposta de emancipação da referida região.

Referências

ACSELRAD, H.. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Acesso em: 1 jul. 2023.

AFFONSO, A.G.; BARBOSA, C.; NOVO, E.M.L.M. Water quality changes in floodplain lakes due to the Amazon River flood pulse: Lago Grande de Curuai (Pará). **Brazilian Journal of Biology**, São Paulo, v. 71, n. 3, p. 601-610, ago. 2011. versão *online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/qQ7k5qwQwTxNDyjpMSwCrQw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ALMEIDA, A. W. B. de; SHIRAIISHI NETO, J.; MARTINS, C. C. Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço das commodities e o aquecimento no mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

ANTUNES, H; CARNEIRO, E. J. Apresentação. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.18, n.35, p. 283-289, 2013.

ALMEIDA, M. G. Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá. Revista NERA, [S. l.], n. 58, p. 100-124, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i58.8208. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8208>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ÁLVAREZ, A. Redibujando el mapa de America Latina: 15 anos de la IIRSA, un análisis a diferentes escalas. In: EQUIZA, A. M. F. Debates sobre naturaleza y desarrollo: análisis a distintas escalas. Buenos Aires: Red de Editoriales de las Universidades Nacionales, 2017.

AMORIM, M. A. et al. Origem e dinâmica da deposição dos sedimentos superficiais na Várzea do Lago Grande de Curuai, Pará. Brasil. **Geociências Acta Amazônia**, v. 39, n. 1, p. 165-172, mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/zgMw4WxgpQChCzkqBprkbfm/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BARBOSA. P.F. Bajando a la tierra: atmosfera y astros en los relatos acerca del cerro de Aracuri. In: IWANISZEWSKI, S.; VASCONCELLOS, R.M.; GILEWSK, I.M. (org). **La vida bajo el cielo estrellado: la arqueoastronomía y etnoastronomía em Latinoamérica**. 1 ed., Varsóvia: Editorial de la Universidad de Varsóvia, 2021, p. 287-298. E-book. Disponível em: https://www.academia.edu/88522395/etnoastronomia_cosmologia_e_perspectivismo_amer%3%adndios. Acesso em: 2 abr. 2023.

BARROSO, W. S. **O que é a verdade?** Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1998.

BONNET, M-P. et al. Impact of the 2009 exceptional flood on the flood plain of the Solimões River. In. Symposium H01. IUGG2011,2011, Melbourne. **Proceedings** [...], Melbourne, Austrália, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280637803_Impact_of_the_2009_exceptional_flood_on_the_flood_plain_of_the_Solimoes_River. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21

de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11481.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

CABRAL, L. C. de S. **A produção de dados para a gestão pública de saúde: estudo sobre a coprodução de conhecimento a partir do Lago Grande do Curuai, Santarém/Pará**. Brasília, DF. (Dissertação), Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31131>. Acesso: 01 abr. 2023.

EVANGELISTA-VALE J. C et al. A construção colaborativa de um jogo sério como uma ferramenta para a elaboração, revisão e implementação de acordos de pesca em comunidades do Baixo Amazonas, Brasil. *In: XIII Congresso Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, 2022. Cáceres. Agritop Archive des publications du Cirad*. Disponível em: <https://agritop.cirad.fr/601523/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

FERREIRA, R. D.; BARBOSA, C. C. F., NOVO, E. M. L. de M. Assessment of in vivo fluorescence method for chlorophyll-a estimation in optically complex waters (Curuai floodplain, Pará – Brazil). **Acta Limnologica Brasiliensia**, v. 24, n. 4, p. 373-386, 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alb/a/YFGWcLGwRGdjHRhRL6kxmGP/?lang=en>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FOLHES, R. T. A gênese da transumância no baixo Rio Amazonas: arranjos fundiários, relações de poder e mobilidade entre ecossistemas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 138-158, 2018. DOI: 10.5216/bgg.v38i1.52818. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/52818>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FOLHES, R. T. **Cenários de mudança no uso da terra na Amazônia: explorando uma abordagem participativa e multi-escala no PAE Lago Grande, em Santarém-PA**. Belém, PA. (Dissertação), Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/6860>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FOLHES, R. T. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. Belém, PA. (Tese), Universidade Federal do Pará, 2016. Disponível em: https://www.theses.fr/2016USPCA125/abes/These_FOLHES_Ricardo_2016.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

FOLHES, R. T.; AGUIAR, A. P. D. de; SANTOS JUNIOR, R. A. de O. Cenários participativos de mudanças no uso da terra na Amazônia: o caso de Vila Brasil no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande, PA. **Campo Território**, v. 07, p. 1-34, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FOLHES, R. T et al. Multi-scale participatory scenario methods and territorial planning in the Brazilian Amazon. **Futures**, v. 73, p. 86-99, out. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281352114_Multiscale_participatory_scenario_methods_and_territorial_planning_in_the_Brazilian_Amazon. Acesso em: 30 mar. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO, L. F. de A. et al. Land Cover Classification of Lago Grande de Curuai Floodplain (Amazon, Brazil) Using Multi-Sensor and Image Fusion Techniques. **Acta Amazônica**, v. 45, n. 2, abr. jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/DfzXRSNm84wjX3DPnVSPJZp/?lang=en>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 31 mar. 2023.

GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/CRjvBKKvRRGL7vGsZLQ8bQj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2023.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO REFORMA AGRÁRIA. Portaria nº 268, de 23 de outubro de 1996. Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, entre outras resoluções. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 134, n. 208, seção 1, p. 21903.

LIMA, L. M. **No Arapiuns entre verdadeiros e –ranas: sobre os espaços, as lógicas, as organizações, e os movimentos do político**. São Paulo, SP. (Tese), Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-06072015-122321/pt-br.php>. Acesso em: 24 fev. 2023.

LOPES, J. S. L.. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação.

- Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31–64, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- MANGIAROTTI, S. et al. Discharge and suspended sediment flux estimated along the mainstream of the Amazon and the Madeira Rivers (from in situ and MODIS Satellite Data).
- International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation**, v. 21, p. 341-355, 2013. Disponível em : <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0303243412001535>. Acesso em: 1 maio 2023.
- MOREIRA, L. S. et al. Reconstituição paleoambiental do Lago Santa Ninha, Várzea do Lago Grande de Curuai, Pará, Brasil. **Acta Amazônica**, v. 39, n. 3, p. 609–616, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/sxWzgYPph4DLv9bMyfmc7zv/?lang=pt>. Acesso: 25 mar. 2023.
- MOREIRA-TURCQ, P. et al. Seasonal variability in concentration, composition, age, and fluxes of particulate organic carbon exchanged between the floodplain and Amazon River. **CiclosBiogeoquímicos Globais**, v. 27, p. 119–130, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/39829761.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- NOBRE, B. V. **Alimentos nativos e tradicionais**: explorando benefícios e desafios de sua produção/consumo em comunidade agroextrativista do município de Santarém-PA. Laranjeiras do Sul, PR. (Dissertação), Universidade Federal da Fronteira Sul, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5804>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- PARÁ. **Parecer Técnico da Comissão de Divisão Administrativa do Estado e Assuntos Municipais**. Processo nº: 2524/1999. Solicitação para aprovação e conseqüente expedição do Decreto Legislativo autorizando a Consulta Plebiscitária à criação do Município do Lago Grande do Curuai. Avulso 40/2022, de 10 de maio de 2022. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, [2022]. Disponível em: <https://downloads.alpara.com.br/Avulso/1572.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- PAULA, E. A. de. **Capitalismo verde e transgressões**: Amazônia no espelho de Caliban. Dourados: Ed. UFGD, 2013. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/editora/catalogo/capitalismo-verde-e-transgressoes-amazonia-no-espelho-de-caliban-elder-andrade-de-paula-1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- PERES, L. G. M.; GURGEL, H.; LAQUES, A. E. La dynamique du paysage dans un bassin d'inondation amazonien: le cas du Lac Grand du Curuai, Pará, Brésil. **ConfinsRevue Franco-Brésilienné de Géographie**, p. 35, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/13010>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- PEREZ, M. A. P. et al. Dissolved organic matter dynamic in the Amazon basin: sorption by mineral surfaces. **Chemical Geology**, v. 286, n. 3-4, p. 158-168, 2011. Disponível em : <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0009254111001914>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- PICALHO, A.C.; LUCAS, E. R. DE O.; AMORIM, I. S. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **AtoZ Novas práticas em informação e conhecimento**, v. 11, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81838/45027>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- RAMOS, L. P. Audiências públicas no PAE Lago Grande (PA) foram marcadas pela defesa do território coletivo. **Terra de Direitos**. [S. l.], 9 mai. 2022. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- RODDAZ, M. et al. Evidence for the control of the geochemistry of Amazonian floodplain sediments by stratification of suspended sediments in the Amazon. **Chemical Geology**, v. 387, n. 10, p. 101–110, nov. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0009254114003696>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- RUDORFF, C. M.; DUNNE, T.; MELACK, J. M. () Recent increase of river–floodplain suspended sediment exchange in a reach of the lower Amazon River. **Earth Surf. Process. Landforms**, n. 43, p. 322-332, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/action/showCitFormats?doi=10.1002%2Fesp.4247>. Acesso em: 01 maio 2023.
- SANTARÉM. Lei Municipal nº 19.410/2013. Cria e delimita as zonas urbana e de expansão da Vila de Curuai,

na região do Lago Grande do Curuai, município de Santarém, estado do Pará e dá outras providências. Santarém, 16 de dezembro de 2013. Disponível em: https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/111/111_texto_integral.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

SOBRINHO, R. L. et al. Spatial and seasonal contrasts of sedimentary organic matter in floodplain lakes of the central Amazon basin. **Biogeosciences**, v. 13, p. 467-482, 2016. Disponível em: <https://bg.copernicus.org/articles/13/467/2016/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

TAMARIN, O. et al. Mobile Acoustic Wave Platform Deployment in the Amazon River: Impact of the Water Sample on the Love Wave Sensor Response. **Sensors**, v. 20, n. 1, p. 72. 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1424-8220/20/1/72>. Acesso em: 11 abr. 2023.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitude e valores do meio-ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAZ FILHO, F. A. **A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**. Salvador, BA. (Tese), Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33752/1/Emerg%C3%Aancia%20%C3%A9tnica%20ind%C3%ADgena%20no%20Baixo%20Tapaj%C3%B3s%20Amaz%C3%B4nia%20Tese%20Flor%C3%Aancia%20Vaz%20Filho.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

ZATTI, S. A. et al. Integrative Taxonomy Reveals a Panmictic Population of *Henneguya longisporoplasma* n. sp. (Cnidaria: Myxozoa) in the Amazon Basin. **Acta Parasitologica**, v. 67, n. 4, p. 1644-1656, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36107329/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. X, n. 2, p. 119-135, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/fvjLXvyn5chD8JBsVrBJS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

ZOCATELLI, R. et al. Us dos fenóis da lignina no estudo da matéria orgânica na Várzea do Lago Grande Curuai, Pará e no Lago do Caçó, Maranhão, Brasil. **Acta Amazônica**, v. 41, n. 2, p. 95-204, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/6HyD7bwsy3b947GsPYgwBhM/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. /2023.